

Prioridade do Governo é o acesso aos serviços básicos

No atual Governo, a Política Nacional de Saúde deu prioridade para o acesso da população aos serviços básicos de saúde, controle das doenças de caráter endêmico e as doenças transmissíveis evitáveis por imunizantes, racionalização da suplementação alimentar. Desse modo, os trabalhos se voltaram principalmente para a expansão da rede básica de atendimento primário, em postos e centros de saúde, para o fortalecimento da vigilância sobre epidemias e operacionalização da vigilância sanitária e disciplina das ações sobre coleta e utilização de sangue. Resultados expressivos foram obtidos nos programas de vacinação de massa, como a de combate à paralisia infantil, e de alimentação para gestantes, nutrízes e crianças menores de sete anos, de famílias pobres.



Com o Programa de Interiorização das Ações de Saúde e Saneamento (PIASS), o Ministério da Saúde tem procurado dar acesso aos serviços básicos de saúde a toda a população brasileira. Em 1979, existiam 6.100 unidades básicas (postos e centros de saúde) em todo o País. Nos últimos dois anos, foram instaladas 4.900 novas unidades, o que elevou o total para 11 mil, aproximadamente, no final de 1981. Atualmente, menos de 10 por cento dos cerca de 4 mil municípios brasileiros ainda não dispõem de nenhum tipo de atendimento na área da saúde, problema que deverá ser totalmente eliminado nos próximos anos.

Na área das doenças transmissíveis, o Ministério procurou aumentar o número de laboratórios de saúde pública, num trabalho coordenado com as secretarias estaduais de saúde. Isso possibilitou uma melhora substancial do sistema de vigilância e acompanhamento de epidemias. De 1979 a 1981 foram incluídos 620 novos laboratórios desse tipo à rede oficial, o que representou um aumento de 130 por cento em relação aos 465 laboratórios até então existentes. No final do ano, o total de laboratórios voltados prioritariamente para o controle e a prevenção de doenças era de 1.085 unidades.

Sucessivas campanhas de vacinação promovidas pelo Governo, por outro lado proporcionaram uma melhora

significativa no quadro da saúde pública. No caso da poliomielite (paralisia infantil), por exemplo, cerca de 95 por cento das crianças menores de um ano já se encontram vacinadas contra a doença. Em consequência disso, o número de casos registrados caiu para apenas 125 no ano passado, depois de ter atingido 2.500 em 1980. Com a expansão da rede de serviços básicos de saúde, além disso, foi aumentada a vacinação de rotina contra doenças como a difteria, tétano e coqueluche (vacina triplice), entre outras.

A própria melhoria do sistema de acompanhamento, entretanto, tem contribuído para aumentar o número de registros de algumas doenças, nas estatísticas oficiais. Na maioria dos casos, porém, isso significa apenas que o controle é mais eficiente, e não que o número de pessoas doentes venha aumentando, pois anteriormente era grande o número de doenças que não chegava ao conhecimento dos órgãos oficiais. Esse é o caso, por exemplo, da tuberculose. No que se refere à malária, houve realmente um aumento no número de pessoas doentes, o que pode ser explicado pelo crescimento rápido das populações nas novas áreas agrícolas abertas no Centro-Oeste e na Amazônia. De qualquer forma, a doença atualmente ocorre apenas nessas regiões, tendo sido praticamente erradicada no restante do País. A varíola está eliminada do Brasil desde 1971.

SAÚDE				
I — INDICADORES GERAIS				
	1963	1978	1981	
— ESTABELECIMENTOS DE SAÚDE (1)	2.806(2)	15.369	20.005(3)	
— LEITOS HOSPITALARES	236.930(2)	477.591	449.299(3)	
— Nº DE LEITOS POR MIL HABITANT.	3,14	4,10	3,66	
— EXPECTATIVA DE VIDA MÉDIA (ANOS)	55	58,7	61,1	
— TAXA DE MORTALIDADE INFANTIL NAS CAPITAIS (POR MIL NASCIDOS VIVOS)	109,4	83,5	83,0	
II — DOENÇAS TRANSMISSÍVEIS — CASOS NOTIFICADOS NO ANO (4)				
— VARIOLA	6.433	/	/	
— SARAMPO	N.D.	51.345	57.643	
— POLIOMIELITE	N.D.	1.709	125	
— HANSENÍASE	1.150	156.958	180.008	
— TUBERCULOSE	45.114	57.821	86.411	
— MALÁRIA	109.779	117.267	197.149	
— DIFTERIA	N.D.	5.021	3.612	
— FEBRE TIFÓIDE	N.D.	3.016	3.703	
— TÉTANO	N.D.	3.218	2.631	
— COQUELUCHE	N.D.	34.203	39.903	
— DOENÇA MENINGOCÓCICA	N.D.	2.859	709	
— MENINGITE SEM ESPECIFICAÇÃO	N.D.	15.383	14.948	
III — CONTROLE DE GRANDES ENDEMIAS				
— MALÁRIA — BORRIFICAÇÕES REALIZADAS (MILHÕES)	4.534,6	4.203,3	2.802,1	
— DOENÇAS DE CHAGAS — CASAS E ANEXOS TRABALHOS (MILHÕES)	—	2.678,4	7.021,3	
— ESQUISTOSSOMOSE — PESSOAS TRATADAS	—	940.985	964.280	
— EXAMES	891.000	1.840.000		
IV — COBERTURA VACINAL (% DAS CRIANÇAS MENORES DE UM ANO)				
— VACINA TRÍPLICE	N.D.	50,1	53,3	
— POLIOMIELITE	N.D.	38,4	54,7	
— SARAMPO	N.D.	44,3	72,0	

(1) — INCLUI HOSPITAIS, POSTOS E CENTROS DE SAÚDE, UNIDADES MISTAS, POSTO DE ASSISTÊNCIA MÉDICA, POLICLINICAS E PRONTO-SOCORROS.

(2) — DADOS DE 1962. NÃO SE ENCONTRAM DISPONÍVEIS OS DE 1963.

(3) — OS DADOS DE 1981 SÃO DO MINISTÉRIO DA SAÚDE. OS DE 1963 E 1978 DA FIBGE; NA COMPARAÇÃO DOS NÚMEROS, DEVE-SE LEVAR EM CONTA OS DIFERENTES CRITÉRIOS DE CLASSIFICAÇÃO.

OS CRITÉRIOS DO M.S. QUANTO A LEITOS HOSPITALARES, SÃO MAIS RIGOROSOS DO QUE OS UTILIZADOS PELA FIBGE, E NÃO COMPUTAM QUAISQUER LEITOS EXISTENTES.

(4) — NA ANÁLISE DOS NÚMEROS DEVE-SE LEVAR EM CONTA QUE A MELHORIA DOS SISTEMAS DE ACOMPANHAMENTO E CONTROLE DAS DOENÇAS RESULTA, MUITAS VEZES, NO AUMENTO DOS CASOS NOTIFICADOS, SEM QUE ISSO SIGNIFIQUE PIORA DO QUADRO ENDÊMICO.

Fontes: A — Indicadores Gerais: FIGBE (1962 e 1978), Ministério da Saúde (1981) e IPEA (Expectativa de vida média de taxas de mortalidade infantil).

B — Doenças transmissíveis, Controle das grandes endemias e Cobertura Vacinal: Ministério da Saúde.